

Ciências Sociais a Distância:

apontamentos sobre os desafios da formação de professores no Brasil

**Social Sciences for Distance:
notes about the challenges of teacher training in Brazil**

Amurabi Oliveira*
Ceres Karam Brum*

RESUMO: Neste trabalho abordaremos os desafios da formação inicial do professor de Sociologia na modalidade a distância no Brasil, por meio de uma análise de dois cursos ofertados pela Universidade Aberta do Brasil - UAB. Nosso enfoque recairá sobre o curso de Licenciatura em Ciências Sociais da Universidade Federal de Alagoas e o curso de licenciatura em Sociologia da Universidade Federal de Santa Maria. Dada a complexidade da temática e a pluralidade de abordagens possíveis para o entendimento do tema, nossas reflexões se cingirão à análise da produção do material didático para estes cursos e à prática pedagógica dos professores responsáveis pela formação dos alunos cursistas. Nosso objetivo é apresentar um breve quadro comparativo que permita melhor compreender os desafios da formação de professores no Brasil, a partir da apresentação destas duas realidades específicas.

Palavras-chave:
Educação a Distância; Ensino de Sociologia; Formação de Professores.

I ntrodução: a EAD e a formação de professores de Ciências Sociais/Sociologia

A reflexão em torno da formação docente é deveras complexa e desafiadora, dado o percurso caudaloso das políticas públicas educacionais brasileiras, marcado por avanços e retrocessos, e por uma tensão estabelecida entre os polos do Estado e do mercado (CUNHA, 2007). Acrescenta-se a este cenário o fato de ter havido uma rápida expansão do ensino superior brasileiro, capitaneado principalmente pelas instituições privadas não universitárias, a partir dos anos de 1990. Neste sentido, são relevantes as questões levantadas

por Neves et al (2007) ao problematizarem em que medida a diversificação na educação superior, desde a Lei de Diretrizes e Bases da Educação – LDB – (Lei nº 9.394/96), implicou realmente em um processo de democratização, ainda que não neguem que as estratégias de diversificação dos sistemas de educação superior possam, de fato, ter impacto positivo no processo de ampliação do acesso.

No caso específico da formação de professores, é relevante considerar ainda as três instâncias que, necessariamente, estão envolvidas com a docência: Estado, instituições formadoras e associações que se tornaram entidades representativas dos docentes (WEBER, 2003) que, inevitavelmente, se tencionam entre diversas propostas e perspectivas acerca dos modelos formativos.

Os cursos de Ciências Sociais que historicamente têm pensado a formação docente como algo menor (MORAES, 2003), ao menos desde a promulgação da Lei nº 11.684/08, que reintroduziu a Sociologia e a Filosofia em todas as séries do Ensino Médio no Brasil e, têm se colocado ante a necessidade de desenvolver uma reflexão em torno dos modelos de formação docente dos professores de Sociologia, dado o novo cenário que se marca também pela expansão do número de licenciaturas em Ciências Sociais.

Em paralelo a este movimento, temos observado no Brasil um incremento significativo das possibilidades de formação docente, inclusive no setor público, pois, apesar de ter se estabelecido um predomínio das instituições privadas no Ensino Superior, devemos considerar que “[...] as universidades públicas ocupam posição fundamental no interior do campo acadêmico nacional e papel estratégico no processo de desenvolvimento do país” (MARTINS, 2000, p. 44).

Nesta seara, podemos destacar na realidade das universidades públicas brasileiras, a introdução paulatina da modalidade da Educação a Distância – EAD, que tem ganhado cada vez mais relevância, especialmente após o advento da Universidade Aberta do Brasil (UAB), criada por meio do Decreto nº 5.800, de 8 de junho de 2006, e o Plano Nacional de Formação de Professores da Educação Básica (PARFOR), sendo este um programa emergencial instituído para atender o disposto no artigo 11, inciso III do Decreto nº 6.755, de 29 de janeiro de 2009.

Ressalta-se que antes do advento da UAB a Portaria nº 2.253/2001 possibilitou às instituições de ensino superior utilizar 20% da carga horária de seus cursos por meio de ensino a distância, mesmo se tratando de cursos presenciais, ainda que, em 2001, a Câmara de Educação Superior do

Conselho Nacional de Educação (CES/CNE) e a CAPES aprovaram a oferta de pós-graduação *stricto sensu* a distância.

No caso das Ciências Sociais, a oferta do curso na modalidade a distância ainda é tímida e incipiente, havendo algumas experiências pontuais. Segundo o site da UAB, atualmente a oferta de tais cursos, com a habilitação da licenciatura nas seguintes universidades: Universidade Federal de Alagoas (UFAL), Universidade Federal de Viçosa (UFV), Universidade Estadual de Montes Claros (UNIMONTES), e com a denominação de Sociologia na Universidade Federal de Santa Maria (UFSM), e na Universidade Federal do Amapá (UNIFAP). Todavia, há um número significativo de instituições que ofertam curso de especialização em Ensino de Sociologia no Ensino Médio na modalidade a distância¹, porém, como nos centramos aqui na formação inicial do professor, tais cursos não serão objeto de análise em nosso trabalho.

Com relação ao PARFOR, atualmente, segundo dados da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior – CAPES, o curso de Ciências Sociais é ofertado como primeira licenciatura pela Universidade Estadual de Santa Cruz (UESC), Universidade Estadual do Rio Grande do Norte (UERN), Fundação Universidade Regional de Blumenau (FURB) e como segunda licenciatura, pela Universidade Federal do Piauí (UFPI), Universidade Estadual de Londrina (UEL), Universidade Estadual do Oeste do Paraná (UNIOESTE). O PARFOR mostra-se ainda mais heterogêneo que a UAB, no sentido em que combina tanto cursos presenciais quanto outros ofertados na modalidade a distância, ainda que, em termos de público, o cenário se inverta, tendo em vista que há uma delimitação mais clara voltada especificamente para os professores que já atuam na Educação Básica².

Como podemos observar, o desenvolvimento de cursos de Ciências Sociais na modalidade a distância ainda é uma experiência recente, especialmente junto com as Universidades Públicas, tendo sido impulsionado principalmente, mas não unicamente, pelo processo de reintrodução da Sociologia no Ensino Médio. Não é à toa que não encontramos nessa modalidade de ensino a oferta de bacharelados em Ciências Sociais, mas apenas cursos voltados para a formação de professores. Este fato pode ser compreendido de duas formas distintas: a) como valorização do magistério e o reconhecimento da demanda social existente no que concerne à formação de professores de Sociologia para a Educação Básica, dado o cenário existente em que a maior parte daqueles que lecionam essa disciplina no ensino médio não possuem formação acadêmica nesse campo do saber; b) como um aprofundamento da dicotomia entre bacharelado e licenciatura existente entre os cursos de formação de professores de modo geral (DINIZ PEREIRA, 1999) e das ciências sociais

1 Segundo o site da UAB, este curso é ofertado nas seguintes instituições: Universidade Federal do Rio Grande (FURG); Universidade Estadual de Goiás (UEG), Universidade Estadual do Pará (UEPA), Universidade Estadual de Ponta Grossa (UEPG), Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia (UESB), Universidade Estadual de Santa Cruz (UESC), Universidade Estadual do Piauí (UESPI), Universidade Federal da Bahia (UFBA), Universidade Federal do Ceará (UFC), Universidade Federal Fluminense (UFF), Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG), Universidade Federal da Paraíba (UFPB), Universidade Federal do Piauí (UFPI), Universidade do Rio Grande do Norte (FRN), Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro (UFRRJ), Universidade Federal de Sergipe (UFS), Universidade Federal de São João Del Rei (UFSJ), Universidade Federal de Santa Maria (UFSM), Universidade Federal do Vale do Jequitinhonha e Mucurui (UFVJM), Universidade Estadual do Centro-Oeste (UNICENTRO), Universidade Federal de Alenas (UNIFAL), Universidade Federal do Amapá (UNIFAP), Universidade Estadual de Montes Claros (UNIMONTES).

2 Ressalta-se que nos cursos de licenciatura da UAB parte das

de modo particular (HANDFAS, 2009). Para melhor compreensão do nosso objeto de investigação, faz-se necessário contextualizar a UAB.

Apesar de se assentar nas possibilidades abertas pela EAD, encontramos na organização da UAB o que se denomina de polo presencial, definido como:

Os polos de apoio presencial são as unidades operacionais para o desenvolvimento descentralizado de atividades pedagógicas e administrativas relativas aos cursos e programas ofertados a distância pelas instituições públicas de ensino superior no âmbito do Sistema UAB. Mantidos por Municípios ou Governos de Estado, os polos oferecem a infraestrutura física, tecnológica e pedagógica para que os alunos possam acompanhar os cursos a distância³.

As atividades dos cursos da UAB são operacionalizadas, portanto, por meio de uma plataforma virtual e de um polo presencial, que deve dispor de uma infraestrutura mínima para que os alunos possam tanto acessar o curso como ainda realizar encontros presenciais com os tutores e professores. Também é necessário esclarecer quais são os agentes envolvidos diretamente na prática pedagógica de tais cursos. Além do aluno cursista há a figura do professor, que é o responsável pela elaboração do material didático que será disponibilizado para os alunos, bem como pela condução da disciplina, ainda que seja possível que um professor trabalhe com um material elaborado por outro; e dos tutores, tanto os virtuais, que auxiliam os alunos e professores por meio da plataforma, quanto os presenciais, cujas atividades são desenvolvidas nos polos. Para Barreto (2008), a figura do tutor é o elo mais frágil dentro de uma cadeia de simplificações construídas pelo modelo adotado no Brasil de EAD, o que pode equivaler ou não a realidade de cada instituição envolvida na UAB, bem como de cada curso e polo, dada a heterogeneidade existente nesse sistema integrado.

Considerando tais aspectos, aqui brevemente levantados, buscaremos analisar os desafios postos à formação de professores de Sociologia na UAB, tomando como referência a experiência de dois cursos, o da UFSM e da UFAL.

Licenciatura em Ciências Sociais da UFAL

O curso de Ciências Sociais da UFAL teve sua implantação autorizada pelo Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão – CEPE/UFAL, em 9 de agosto de 1993, com a resolução N^o. 49 – B/93, começando a funcionar no

vagas são destinadas a professores atuantes no município-polo, que comprovem vínculo na rede pública de ensino, e caso não sejam preenchidas, são disponibilizadas para preenchimento pela demanda social geral (ARAÚJO, 2007).

3 Fonte: <http://www.uab.capes.gov.br/>

Departamento de Ciências Sociais, fundado em 1994. Alagoas foi o último estado do Nordeste a possuir tal Curso. Sua gênese remete-se à licenciatura em Estudos Sociais criada nos anos de 1970. Este fato tem relação com a asserção de Plancherel (2005), para quem a criação do curso de Ciências Sociais demarca mais uma ruptura que uma continuidade com relação ao curso anterior, tanto em termos de formação quanto de institucionalização do campo de pesquisa.

Inicialmente, o curso ofertava as habilitações licenciatura e bacharelado, sendo necessário, para aqueles que almejavam atuar na educação básica, realizar a habilitação conjunta, cenário modificado apenas em 2006, após a Resolução nº 32/2005-CEPE/UFAL. Ressalta-se que até esse ano o curso só havia formado um pouco mais de 200 alunos (OLIVEIRA, 2007). Cabe ainda dar relevo à criação do Mestrado em Sociologia da UFAL no ano de 2003, que indicou um percurso rumo ao processo de consolidação do universo da pesquisa junto a este curso.

Este cenário manteve-se praticamente inalterado até o advento do curso de Ciências Sociais semipresencial⁴, cujas primeiras turmas ingressaram no ano de 2013. Ofertado pela Universidade Aberta do Brasil – UAB, o Curso funciona atualmente em quatro polos nas cidades de Maceió, onde já funcionava o curso de Ciências Sociais presencial, Arapiraca, que possui um campus da UFAL, porém sem o curso de Ciências Sociais presencial, Maragogi e Olho d'Água das Flores, que possuem apenas polos da EAD da UFAL, numa parceria com os municípios (OLIVEIRA et al, 2014).

No primeiro vestibular para o ingresso em 2013, foram ofertadas 100 vagas destinadas a ampla concorrência e mais 25 vagas para a demanda social referentes aos candidatos inscritos na Plataforma Paulo Freire, totalizando 125 vagas. No segundo vestibular, houve uma sutil mudança na oferta, havendo 115 vagas para ampla concorrência e 20 para demanda social, totalizando 135 vagas. Considerando-se que havia a oferta de 60 vagas no curso presencial de Ciências Sociais da UFAL para o ingresso em 2014, a abertura do curso de Ciências Sociais na modalidade a distância representou um aumento de 225% no número total de vagas para o curso de Licenciatura em Ciências Sociais ofertadas no Estado.

Certamente, ao considerarmos a situação da Educação do Estado, com índices alarmantes na Educação Básica, atualmente Alagoas apresenta as piores notas na avaliação do Índice de Desenvolvimento da Educação Básica – IDEB⁵, e o cenário particular do Ensino de Sociologia marcado por um déficit enorme de professores com formação em Ciências Sociais em sala de aula, reconhecemos

4 Apesar do curso se operacionalizar por meio da plataforma virtual na UFAL, demanda a existência de, ao menos, uma aula presencial com duração de 8 horas, além do fato de que uma das avaliações também deve ser presencial.

5 Informações disponíveis em <http://ideb.inep.gov.br/>

a criação desse curso como um avanço. Cabe-nos, todavia, também refletir até que ponto esse é o melhor caminho para resolver esta questão.

Analisando o Projeto Pedagógico do Curso de Licenciatura de Ciências Sociais (PPC) EAD da UFAL observamos alguns hiatos estabelecidos. O primeiro refere-se ao fato de que, segundo o projeto, há previsão da existência de uma turma única, todavia, a abertura de uma nova se justificaria pela necessidade de que os alunos reprovados em uma disciplina pudessem cursá-la novamente. Também observamos que não foram disponibilizadas vagas o máximo possível, tendo em vista que, segundo o PPC, poderiam ser ofertadas até 200 vagas no total, sendo 25 por polo, porém essa utilização não se concretizou.

Em termos de estrutura curricular, aproxima-se bastante do que encontramos no curso presencial, ainda que haja uma carga horária total um pouco menor no curso EAD (2.800 horas) com relação a 3.180h do presencial. Há, também, algumas diferenças em termos de disciplinas presentes nesse currículo, por exemplo, no primeiro semestre há uma disciplina mais geral, denominada “Introdução às Ciências Sociais”, além de “Introdução à EAD”, “Geografia Humana” e “História Geral”, “Métodos e Técnicas de Pesquisa em Ciências Sociais”, que não fazem parte da grade curricular do curso presencial; em compensação não há “Metodologia de Ensino em Ciências Sociais”, “História do Brasil”, “História de Alagoas”, “Fundamentos Históricos e Filosóficos das Ciências Sociais”, “Língua Estrangeira I e II”, “Introdução à Estatística”, “Pesquisa Quantitativa”, “Pesquisa Qualitativa”.

Outra diferença que podemos apontar é que há menor flexibilidade na escolha de conteúdos a serem cursados, visto que não há disciplinas eletivas, o que se reverbera, por outro lado, em uma base comum nas três áreas das Ciências Sociais, pois enquanto o aluno do curso presencial só possui como tronco comum três disciplinas teóricas de Antropologia, Ciência Política e Sociologia, o aluno do curso na modalidade EAD deve cursar quatro delas.

Se por um lado o desenho curricular aponta como um ponto forte uma base mais solidificada nas três áreas das Ciências Sociais, por outro há uma redução considerável da dimensão da pesquisa, essencial não apenas para a atuação do cientista social como investigador, mas também como professor, as próprias questões levantadas pelas Orientações Curriculares Nacionais (2006). Tal fato pode ser entendido como um reflexo da compreensão estabelecida acerca do público-alvo desse curso, que seriam, justamente, os professores que já atuam na Educação Básica, em muitos casos, lecionando Sociologia, uma vez que, no primeiro concurso para professores dessa

disciplina na rede estadual de ensino de Alagoas, o requisito para o ingresso era ser licenciado em Ciências Sociais ou Pedagogia.

Notadamente, para além do desenho curricular, a EAD mostra-se como substancial desafio para o campo da formação docente, remetendo ao processo de desencaixe entre o tempo e o espaço ao qual Giddens (1991) faz referência, sendo, na análise do autor, uma das características mais proeminentes da modernidade, que o define como “[...] ‘deslocamento’ das relações sociais de contextos locais de interação e sua reestruturação por meio de extensões indefinidas de tempo-espaço” (Ibidem, p. 29).

No entanto, reconhecer o processo de desencaixe como algo inexorável, e que sua entrada paulatina nos diversos sistemas sociais como um fato, não é o mesmo que afirmar que este é homogêneo. É relevante ter em mente as rupturas e limites desse processo nos diversos contextos, e, no caso da realidade educacional brasileira, especialmente a alagoana, perceber que há fatores que complexificam essa questão, pois, como nos indica os dados da Pesquisa Nacional de Amostra por Domicílio (PNAD) de 2011, apenas 57,7% dos estudantes e 25,8% dos não estudantes utilizaram a internet nos últimos três meses⁶.

Para além dessa dimensão estrutural, é importante também reconhecer que a experiência da EAD nos cursos de Ciências Sociais é algo recente no ensino superior público brasileiro, e, mesmo junto às instituições privadas, a expansão se deu de forma rápida nos últimos anos, como assevera Rubim (2010, p. 19):

Atualmente são 73 cursos a distância em ciências sociais. Poderia até mesmo citar quais são as três principais universidades que oferecem essa modalidade a distância. Portanto eles estão concentrados em três ou quatro instituições com unidades presenciais espalhadas do sul ao norte.

Portanto, se no que concerne aos cursos presenciais e à pós-graduação em Ciências Sociais há um maior acúmulo de experiência junto às instituições públicas, a lógica se inverte na realidade da EAD, o que se substancia principalmente nas atividades desenvolvidas pelos professores, com destaque para a produção de material didático e desenvolvimento das atividades de interação entre professor e aluno.

É importante frisar que para ingressar como professor na UAB é necessário passar por capacitações que envolvem tanto a questão da produção de material didático quanto à utilização na plataforma virtual. Obviamente

6 Disponível em ftp://ftp.ibge.gov.br/Acesso_a_internet_e_posse_celular/2011/tabelas_pdf/tab1172.pdf

alguns empecilhos são encontrados no caso específico do Ensino de Ciências Sociais, em razão da ampla carga de leitura e a impossibilidade de disponibilizar livros *online* ante questões de direitos autorais, especialmente no que tangencia a literatura mais contemporânea. Pinto e Bastos Filho (2012), ao reconhecerem a complexidade envolvida na produção do material didático na EAD, comparam com a situação da produção do conhecimento nas aulas presenciais, realizando os seguintes apontamentos:

A situação muda radicalmente de figura quando o professor tem o desafio de escrever um curso para ser disponibilizado *online*, no processo de educação a distância. Por motivos de direitos autorais, ele não poderá se valer de textos alheios, se bem que possa referenciá-los em seus textos. Desse modo, diante de si, para o desafio de escrever um curso de teor, interpretação e organização que caracterizem um trabalho que seja uma produção própria e inovadora. Esse desafio não é, e nem tem se revelado, de pouca monta. Em outras palavras, podemos dizer que, no contexto da educação presencial, os professores se atêm a textos escritos em livros e a outras instâncias de publicações, e as transposições didáticas a partir desses tem lugar em uma oralidade mais ou menos livre, na qual a autenticidade da autoria não é propriamente questionada, ou se for questionada, isso se dará bastante raramente. Em outras palavras, ainda vige no contexto da educação presencial o *verba volant, scripta manent*, isto é, as palavras pronunciadas voam ao vento, enquanto aquilo que está escrito tende a se perpetuar. (p. 166).

Entrevistamos cinco professores de Ciências Sociais que lecionaram nessa modalidade até o momento, além da coordenadora do curso, tendo sido apontados alguns desafios referentes a essa produção, que tangenciam questões diversas. O professor A pensa da seguinte forma:

Acho que o principal obstáculo é que: 1º não fui formado na licenciatura na graduação. Meus professores, de forma recorrente, liam os textos longos em sala na famosa pedagogia “vamos ver quem dorme primeiro”. Hoje me deparo com um universo desafiador (a educação a distância) que denota não somente a complexidade ligada aos novos instrumentos de ensino-aprendizagem (que não domino), mas de uma crise geracional (a minha, é claro),

de modos de ver o mundo em rede que é mediado pelas tecnologias. Eu entendo isso como objeto de estudo, mas estou falando de algo diferente: eu na condição de objeto, que faço parte dessa geração, que, portanto, no cotidiano de minhas ações consigo interagir mais ou menos nesse novo ambiente.

Outros indicam, porém, facilidade na produção dos materiais, de tal modo que nos parece que as dificuldades neste âmbito se relacionam a uma dimensão para além da competência técnica ou teórica, remetendo-nos à trajetória dos diversos sujeitos no universo educacional. Para o professor B,

o desafio está em conceber o material didático como um todo. Em ciências sociais estamos acostumados a escrever artigos, ensaios e divulgar dados de pesquisa. Quando nos deparamos com um novo foco que é muito mais relacionado a resumir e revisar os conceitos, as coisas complicam. Muitos colegas tiveram dificuldade de preparar material, ficando sem aparência de livro didático, muito mais próximo de um artigo de revisão. Eu, particularmente, não tive muita dificuldade. Já fiz três: Organização do Trabalho Acadêmico, Projetos Integradores 2 e 3 (ambos relacionados ao Ensino de Sociologia no Ensino Médio). Depois de trabalhar todo o conteúdo, faço um trabalho de marcar as informações e desenvolver quadros, ilustrações, esquemas, questões, exemplos de aplicação e outros materiais que deixem o texto com cara de livro didático, replicando duas ou até três vezes as informações com diferentes formatos e uma compor uma gama ampla de meios de acesso à informação (além da tradicional: “consulte o texto”) uma proposta de seguir principalmente os esquemas dos PCNs e do INEP em relação aos estudos sobre inteligência na aprendizagem. Afinal, o curso se dirige a professores de sociologia para o ensino médio.

É válido rememorar que os professores que atuam na EAD, via de regra, são os mesmos que atuam no curso presencial. As dificuldades existentes no ensino a distância, neste sentido, refletem também as questões que encontramos na modalidade presencial, especialmente no processo de transposição didática. Goldenberg (2008), em um levantamento que realizou com alunos e ex-alunos do curso de Ciências Sociais da UFRJ, indica que, na perspectiva dos alunos, os professores são o principal problema do curso,

seguido das aulas, da infraestrutura do curso e das avaliações, o que nos mostra que problemas de ordem didático-pedagógica são encontrados em qualquer modalidade de ensino.

Na perspectiva da coordenadora do curso, alguns problemas encontrados no processo de produção do material didático remetem-nos às questões do curso presencial, na medida em que muitos professores não teriam o costume de preparar previamente o material na modalidade presencial, ao passo que o curso a distância demanda maior organização e disciplina. A professora C indicou ainda que:

O principal desafio é a própria simplificação dos conteúdos que tem que ser feita na produção de todo o material didático. Ainda que o material sirva como suporte para as leituras da disciplina, sabe-se que muitos alunos o utilizarão como um “manual”, como fonte única de conhecimento na disciplina.

Algo parecido aponta o professor E, ao destacar que:

[...] a maior dificuldade remonta a problemática de se traduzir para uma linguagem mais didática, conteúdos, teorias e conceitos normalmente trabalhados pela teoria política. Uma vez que, dadas as especificidades da modalidade de ensino aqui retratada, é preciso tornar os conteúdos mais acessíveis, obviamente, sem comprometer a formação de nossos alunos.

Neste sentido, voltamos a argumentar que alguns dos problemas encontrados no processo de formação de professores de Ciências Sociais na modalidade a distância nos remetem às questões existentes no curso presencial que, nesse caso, se aprofundam.

Em termos de dinâmica pedagógica as posições também são variadas, o professor B indica que:

o principal problema é a gerência das tecnologias do AVA. Muitos dos colegas do curso desconhecem o uso e as potencialidades do moodle na construção de uma arquitetura pedagógica relacionada ao planejamento das aulas/atividades/avaliações. [...] o grande problema é professores retrógrados com imagens de desprestígio sobre a modalidade ou o completo desconhecimento

sobre sua operacionalidade, transformando o AVA numa aberração ou pior, uma manifestação acéfala e mecânica do ensino presencial.

O professor D aponta ainda que:

Primeiramente o desafio de romper a lógica da metodologia das aulas presenciais. Em geral, somos muito tentados a reproduzir a lógica das aulas presenciais no ambiente virtual, o que pode provocar uma diáspora discente generalizada na plataforma. Creio que falta uma maior maturidade no reconhecimento da plataforma, não somente dos recursos técnicos, mas também da própria concepção do que seja uma aula à distância. Caso contrário, estas ferramentas serão sempre vistas como um arremedo mal acabado da aula presencial.

Outros reconhecem a necessidade de haver uma formação pedagógica tanto para o curso presencial quanto para EAD. Neste último caso, há a necessidade de dominar também as ferramentas tecnológicas envolvidas no processo. A coordenadora do curso aponta questões mais específicas do curso de Ciências Sociais: “Por ser um curso com disciplinas que tratam de questões abstratas, o rigor para tratar das questões é maior. A linguagem tem que ser precisa para fazer com que o conteúdo chegue até os alunos.” Por outro lado, a professora C indicou limites mais estruturais:

O desafio principal é a falta de uma interação presencial, e conseqüentemente, da criação de um vínculo e de um comprometimento maior entre professor e aluno. Outro aspecto que considere negativo foi o caráter enxuto da disciplina, já que certos conteúdos demandam um tempo de acomodação para a aprendizagem. No ensino presencial, há a possibilidade de que as inquietações surjam ao longo de um semestre de interações construídas em sala de aula. No ensino a distância, o aluno tem que realizar praticamente o mesmo volume de leituras em um tempo 50 % menor. Este é um aspecto muito prejudicial ao ensino/aprendizagem das Ciências Sociais. Me parece também que um dos principais desafios é proporcionar a estes alunos a riqueza que um ambiente universitário presencial oferece fora da sala de aula: os encontros entre estudantes e professores, a participação nos núcleos, palestras, grupos de estudo, projetos de pesquisa, projetos de extensão etc.

Todos os professores que entrevistamos foram unânimes ao reconhecerem a relevância do processo de expansão do ensino superior e da inclusão social por ele proporcionado, especialmente do curso de Ciências Sociais, dada a carência de professores em Alagoas, que possui graduação presencial apenas na capital. Também se fez a ressalva da necessidade de “[...] manter organização, cumprimento de prazos, domínio das ferramentas por parte dos professores, melhorar a estrutura da plataforma, *design* e qualidade dos materiais didáticos” (coordenadora do curso), e da “[...] reformulação das práticas pedagógicas com o incremento do uso de tecnologias e ambientes virtuais como recursos didáticos, o que é muito pouco comum no ensino de Ciências Sociais” (Professora C).

Licenciatura em Sociologia da UFSM

A criação do Curso de Sociologia EAD da UFSM se inscreve no cenário da introdução da Sociologia e Filosofia no Ensino Médio (Parecer do CNE 038/2006) e de sua obrigatoriedade legal instituída pela Lei 11684/2008, para ser regularizada em termos de adaptação curricular nas escolas até o ano de 2012.

A aprovação do Projeto Pedagógico do Curso em 2008 e sua respectiva implantação em 2009, por meio do acordo UAB/UFSM, significaram, do ponto de vista do Departamento de Ciências Sociais, uma oportunidade sem precedentes de ampliação do quadro de professores e de diversificação de seus cursos de graduação. Esta história recente da criação do curso se comunica com um cenário nacional de expansão, conforme já referido acima. Mas as particularidades deste processo na UFSM, que em boa medida explicam o que consideramos como problemas e distorções na formação de professores de Sociologia EAD, podem ser compreendidas pelas motivações e mecanismos que culminaram pela opção de aderir ao que denominamos “pacote UAB e REUNI, já mencionados, bem como pelos direcionamentos apontados no PPC do curso e seu funcionamento, obviamente correlacionados com este processo.

O Departamento de Ciências Sociais/DCS foi criado para incorporar os docentes do Instituto de Sociologia e Política / ISP que ofertava na década de 1970/1980 as disciplinas de “Estudos de Problemas Brasileiros” para todos os cursos de graduação da UFSM. Posteriormente, seguindo as modificações curriculares que se sucederam ao processo de abertura democrática no Brasil, o Instituto foi extinto e seus professores - alguns com formação diversa das Ciências Sociais - passaram a ser lotados no Departamento de Ciências Sociais, especialmente criado para aloca-los. Foi neste contexto que, em 1998, foi criado o Curso de Bacharelado em Ciências Sociais, cuja

primeira formatura ocorreu em 2001, conforme (BRUM et al, 2013, p.51). Foram gestadas várias disciplinas que desde então vem sendo ofertadas a diversos cursos da UFSM, tais como para os cursos de odontologia, direito, enfermagem, economia, administração, serviço social, relações internacionais, fisioterapia, entre outros.

Em agosto de 2007, algumas transformações, em termos de expansão passaram a ocorrer com a criação de uma turma especial presencial oferecida pelo DCS para habilitar, como licenciados em Sociologia, bacharéis formados na instituição. Isto ocorreu com a adaptação curricular de dois semestres letivos, em que os diplomados em Ciências Sociais, formados pela UFSM, cursavam as disciplinas pedagógicas e estágios para receberem o grau de Licenciados, tornando-se aptos à docência de Sociologia para a educação básica, conforme Brum et al (2013, p.49). A ênfase neste relato inicial se deve à perspectiva de expansão que esta experiência com “a turma especial” gerou para o DCS. Tratava-se de um momento em que o governo federal acenava com a possibilidade de novas vagas docentes e recursos materiais para as IFES, depois de quase 20 anos de sucateamento. Em paralelo a este processo, o DCS criou o Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais em 2008, com um grupo de 10 professores. Vale lembrar que neste momento o DCS possuía apenas 13 professores.

A adesão ao projeto UAB/REUNI, para a criação de um Curso de Sociologia EAD, aconteceu de forma polêmica e sem unanimidade no Departamento de Ciências Sociais, inclusive quanto à denominação do curso. O argumento de recebimento de duas vagas para professores, além das bolsas de trabalho para docentes e oportunidade de tutoria (igualmente com bolsa) para “nossos estudantes de mestrado” a que se seguiram as duas vagas para Técnicos em Assuntos Educacionais, decorrentes dos cursos presenciais de Serviço Social (que recebeu 8 vagas para professores) e Licenciatura em Sociologia Presencial (que recebeu 6 vagas para docentes), foram vencedores.

O nome de Licenciatura em Sociologia foi adotado como forma de chamar a atenção, salientando o “novo” campo de trabalho que se delineava a partir da obrigatoriedade da Sociologia no ensino médio e para o qual se dirigia a criação dos cursos a modalidade presencial também foi assim denominada. Assim, quando foi criada a Licenciatura EAD, o DCS já possuía um projeto de criação do curso presencial. Foi este cenário que levou a criação do curso.

A primeira turma do curso de Licenciatura em Sociologia, modalidade aberta, da Universidade Federal de Santa Maria, ingressou no segundo semestre de 2009 (um semestre antes da modalidade presencial), tendo previsão

de formatura entre julho/agosto de 2013. Para esta primeira edição, foram oferecidas 200 vagas divididas igualmente entre os polos de Agudo (RS), Foz do Iguaçu (PR), Restinga Seca (RS), Santana do Livramento (RS) e Tio Hugo (RS). A segunda turma iniciou em setembro de 2011, com a oferta de 200 vagas, distribuídas estas igualmente entre os polos de Cachoeira do Sul (RS), Picada Café (RS), Quarai (RS) e Restinga Seca (RS), este sendo contemplado pela segunda vez. As duas referidas turmas tiveram ingresso mediante concurso vestibular (BRUM et al, 2013, p.50).

Nosso argumento é no sentido de avaliar, ao analisar o caso da UFSM, não apenas a estrutura do curso e sua dinâmica de funcionamento, mas de fornecer, como quadro para este debate, o peso da estrutura departamental como geradora do PPC do curso em foco e a forma de distribuição de vagas processadas pela instituição e os demais departamentos envolvidos em um curso de Licenciatura igualmente signatários das vagas na medida de sua oferta. Vejamos como sucedeu esta distribuição no caso da UFSM:

Do conjunto das disciplinas didático-pedagógicas, as disciplinas de “Psicologia da Educação”, “História da Educação”, “Didática I” e “Didática II”, “Políticas Públicas em Educação”, “Fundamentos da Educação Especial”, LIBRAS e “Estágio Supervisionado” I, II, III e IV serão ministradas pelos respectivos departamentos do Centro de Educação. As disciplinas de “Sociologia da Educação “A” e “Antropologia da Educação” serão ministradas pelo Departamento de Ciências Sociais (DCS). (PPC, 2009).

O funcionamento do curso é elucidativo de uma situação de precariedade em que a proposta da Educação a Distância não foi pensada a partir de suas particularidades, exigências e implicações, mas porque “veio a calhar” como perspectiva de fortalecimento da área, de sua ampliação e do alavancar da pós-graduação como corolário. Neste sentido, duas ressalvas são necessárias, pois explicam em parte a concepção do curso via produção do PPC e o seu funcionamento.

A primeira é de que não houve uma preocupação significativa, como já demonstrado com relação à UFAL, com a especificidade da modalidade em si. O assunto foi relegado aos técnicos da UAB em convênio com a UFSM, embora valha registrar o oferecimento de cursos de formação para tutores e professores (entendido também por outros atores envolvidos no processo como insuficiente) para sua atuação no curso, além de uma disciplina de *Instrumentalização para EAD*, oferecida no primeiro semestre do curso.

Ao que nos reportamos é a inexistência de uma reflexão sobre a natureza diferenciada dos processos de ensino/aprendizagem, no Departamento de Ciências Sociais, no que se refere ao ensino a distância e aos seus desafios. Aliás, ao acompanharmos os processos de criação de outros novos cursos para formação de professores na modalidade EAD, no âmbito da UFSM, este foi um aspecto que igualmente nos chamou a atenção. A atividade fim de formação/habilitação a que se propunha se sobressai ao processo mediador, não apenas tecnológico, mas em suas peculiaridades.

Assim, na UFSM, a área de conhecimento encerrada em sua estrutura departamental se responsabiliza por oferecer aos professores formadores uma estrutura de secretaria para o funcionamento dos cursos e mediação com os polos. A UAB, por meio de contrato firmado com a IES, por sua vez, fornece os meios necessários ao deslocamento dos professores até os polos, o pagamento de suas bolsas e dos tutores.

O *calcanhar de Aquiles* da estrutura se coloca como uma verdadeira contradição: as normas para a produção de material didático, que deveriam ser relativas aos aspectos de autonomia dos professores formadores, são ditadas pela UAB que limita amplamente a escolha de textos na *web* e os obriga à produção de *um caderno didático* para ser utilizado no âmbito da disciplina do curso. Este caderno é produzido por ocasião do oferecimento da primeira turma, antecedendo a atividade de realização da disciplina. O professor recebe uma bolsa de quatro meses para produzi-lo. O material é incorporado ao curso e as novas turmas ficam obrigadas a utilizá-lo.

Daí deriva nossa segunda ressalva a ser registrada: a restrição da autonomia e falta de diferenciação entre as modalidades de ensino presencial e a distância, que se reflete na produção do projeto pedagógico do curso que, no caso da UFSM, é praticamente idêntico ao da Licenciatura presencial, conforme LIMA (2013, p. 227), e como expressam as Estratégias pedagógicas do PPC e o fluxograma das disciplinas:

A Licenciatura em Sociologia a Distância alicerça-se sobre os conteúdos formadores do cientista social, em geral, e do sociólogo, em particular, com previsão de nove semestres de duração e com a oferta de disciplinas segundo a dinâmica dos cursos do programa da Universidade Aberta do Brasil (UAB). A estrutura curricular da licenciatura em sociologia a distância ergue-se sobre o conjunto de disciplinas fundamentais das ciências sociais em geral, e da sociologia, em particular: as teorias Antropológicas

(“A”, “B” e “C”); Sociológicas (“I”, “II” e “III”); Políticas (“I”, “I” e “III”); Epistemologia das Ciências Sociais; Métodos e Técnicas de Pesquisa, e Projeto de Pesquisa. A ênfase na formação sociológica ocorrerá mais especificamente por meio da oferta de DCG’s. Das dezesseis DCG’s que compõem a Formação Livre, dez (10) delas serão cursadas obrigatoriamente em subáreas de investigação da Sociologia, e outras seis (06) serão feitas em disciplinas das subáreas da Antropologia e Política. (PPC 2009).

É neste cenário de uma congruência forçada entre o ensino presencial e a EAD, da disponibilidade e circulação dos professores entre as duas modalidades ,ao sabor das demandas que se apresentam dentro do Departamento, que desejamos analisar a produção de material didático e a prática pedagógica dos professores. A fala de uma professora do curso é elucidativa neste sentido:

Você seria capaz de produzir um livro melhor do que aquele livro do Giddens? Eu não. É assim que me sinto com relação à EAD. Por mais que eu me esforce há coisas muito melhores para serem utilizadas. Minha sensação é de impotência e falta de autonomia. A produção de material empobrece. A qualidade nunca fica como a das aulas presenciais em parte pela restrição do que podemos usar no EAD como material didático (professora X).

Sem dúvida há um empobrecimento que perpassa esta realidade de curso. Devemos reconhecer que a produção do *caderno didático* encerra dimensões mercadológicas claras por parte da UAB, de uma repetição e mera transmissão de conhecimento, da aplicação do *caderno* para além de uma pluralidade muito significativa de bons textos disponíveis na *web*, no caso das Ciências Sociais. A percepção registrada acima na fala da professora X, de que se trata de um ensino de menor qualidade, em grande parte se sustenta em razão não apenas da obrigatoriedade do uso do caderno, mas em razão, neste processo, principalmente da negação de uma característica para o aprendizado das Ciências Sociais, que é o desafio da leitura dos clássicos, conforme destacam Eckert e Rocha (2010) com relação ao aprendizado da etnografia:

Pela leitura das etnografias, o(a) pesquisador(a) vai participando cada vez mais de uma comunidade de comunicação que compartilha de um estilo de produção do conhecimento, sempre orientado(a) por interrogações e inquietações de seu tema e objeto de pesquisa (p.13).

Este nos parece um ponto chave. A forma como o curso vem se desenvolvendo mediante a produção e obrigatoriedade de uso do *caderno didático* não só empobrece como desmerece a dimensão da leitura como característica fundamental para a aquisição de conhecimento nas Ciências Sociais. Ela desestimula os estudantes ao aprofundamento das temáticas e os coloca numa condição de mero repetidores, incompatível com os objetivos de formação apregoados pelo Ministério da Educação e Cultura, destacados por Brum et al (2013, p.51) no que concerne à expansão da educação a distância, como política pública de qualidade, voltada para a construção de polos em municípios com baixo IDEB e IDH para melhorar os seus índices. Vale a pena registrarmos a opinião de uma ex-aluna do curso de Sociologia EAD da UFSM, para quem:

o curso no seu início tinha a dimensão mágica de integrar os menos favorecidos em termos educacionais, como nossa colega YYY que era faxineira da escola. Isso foi lindo! Mas não aconteceu porque ela não conseguia ler o caderno didático e interpretar, os professores a distância não conseguiram ajudá-la, nem os tutores. Pra gente foi frustrante também. O caderno era muito ruim, limitado mesmo e o professor nunca estava lá no chat. Os tutores também deixaram a desejar (estudante Z).

Apesar das dificuldades amplamente destacadas ao longo deste tópico, o curso de Licenciatura em Sociologia EAD da UFSM formou suas primeiras turmas no segundo semestre de 2013. Obteve seu reconhecimento de curso pelo MEC em 2012. Não ofereceu novas turmas em 2013 e 2014. Há uma série de motivos que perpassam a ausência desta oferta. Um deles é a falta de estrutura física. No caso da UFSM, o curso não tem secretário e funciona por meio da atuação de um bolsista que recebe uma bolsa de trabalho em um espaço cedido pela coordenação do curso de Licenciatura em Ciências Sociais⁷. Outra motivação foi o desestímulo dos professores com a modalidade EAD, pois a carga horária desenvolvida em EAD não é computada pela UFSM. Vale lembrarmos, ainda, com base nas reflexões de Lima (2013), o problema da evasão:

Um dos grandes desafios (ou limites) do curso é a manutenção dos alunos matriculados, já que apenas 35 alunos se formarão ao final do curso, de 60 inscritos em 2009 nos dois polos. Se o projeto é democratizar e ampliar o acesso, ainda que possamos e devemos questionar o que representa o ensino a distância no ensino superior, há de se pensar que existe uma quantidade grande de

7 O curso de Licenciatura em Sociologia presencial em razão da Resolução UFSM 21/2013, recebeu a designação de Licenciatura em Ciências Sociais e está em fase de implantação de um novo PPC. O processo foi deflagrado após a avaliação pelo MEC para reconhecimento do curso, ocasião em que foi avaliado com a nota 4. Uma das razões foi a discrepância entre a designação Sociologia e o PPC que apontava para a formação em Ciências Sociais, o que igualmente percebemos ao analisar o PPC da Licenciatura em Sociologia EAD.

vagas ociosas justamente por ser um curso repleto de dificuldades para o licenciando (e por que não para os professores envolvidos também?) e que a tecnologia não dá cabo de superar. A universidade deve estar aberta a todos e todas, inclusive para trabalhar todas as diferenças educacionais e sociais que lhes batem à porta, como no caso EaD (p. 227).

Considerações Finais

Se, por um lado, a reintrodução da Sociologia no currículo escolar impactou positivamente os cursos de Licenciatura em Ciências Sociais/Sociologia, ao lançar a necessidade de repensá-los, e provocando um inegável processo de expansão, que ocorre de forma tardia com relação ao “boom” da expansão do Ensino Superior brasileiro ocorrido nos anos de 1990, por outro, observamos nesse momento um movimento de expansão dessa oferta por meio de instituições privadas, não universitárias e da Educação a Distância, cujos impactos mais significativos serão sentidos a longo e médio prazo.

No que diz respeito ao caso específico da UAB, em que pese os esforços das instituições públicas em tentar manter o mesmo padrão de qualidade em termos de formação dos cursos presenciais, deve-se reconhecer os limites postos, que se referem principalmente, mas não exclusivamente, ao descompasso existente entre a forma de produção de materiais didáticos e as necessidades postas na produção do conhecimento das Ciências Sociais. Deve-se ainda acrescentar a este cenário a falta de preparação dos professores para atuar no ambiente virtual – o que parece indicar que a formação ofertada pela UAB é insuficiente para suas próprias demandas, ou, analisando por outro ângulo, que o curso a distância acentua e torna mais visível os nossos limites na capacidade de ofertar cursos de formação de professores. E, ainda, os problemas de infraestrutura encontrados em vários polos pelo Brasil.

Ainda que possamos reconhecer a UAB como uma possibilidade de democratização do acesso ao Ensino Superior, especialmente em relação aos cursos de Ciências Sociais, ainda muito concentrados em capitais e cidades de médio porte, devemos ter em vista os limites impostos por essa modalidade de ensino ante as especificidades existentes no processo formativo das Ciências Sociais, no qual o acesso às obras de autores clássicos e contemporâneos, brasileiros e estrangeiros, mostra-se fundamental. Como havíamos ponderado, as experiências ainda não incipientes junto às Universidades Públicas, e os elementos que buscamos trazer aqui com base nos dois cursos visam indicar questões que se façam relevantes para pensarmos que novos desafios estão sendo postos ao cenário da formação de professores de Sociologia no Brasil.

ABSTRACT: In this paper we discuss the challenges of initial sociology teacher training for distance mode in Brazil, through an analysis of two courses offered by the Open University of Brazil - OUB. Our focus will be on the Degree in Social Sciences from the Federal University of Alagoas and degree course in Sociology at the Federal University of Santa Maria. Given the complexity of the subject and the plurality of possible approaches to the understanding of the topic, our reflections are girded for the analysis of the production of teaching materials for these courses and pedagogical practice of teachers responsible for training of the students. Our goal is to present a brief comparative framework enabling better understand the challenges of teacher education in Brazil, from the presentation of these two specific realities.

Keywords: Distance Education ; Teaching Sociology ; Teacher Training

Referências

ARAÚJO, B.. Universidade Aberta do Brasil. In: ARAÚJO, B.; FREIRAS, SIQUEIRA, K. (orgs.) Educação a Distância no Contexto Brasileiro: experiências em formação inicial e formação continuada. Salvador: ISP/UFBA, 2007, p. 169-175.

BARRETO, R. G. As tecnologias na política nacional de formação de professores a distância: entre a expansão e a redução. Educ. Soc., v. 29, n 104, p. 919-937, 2008.

BRUM, C.. K.; PERURENA, F. C. V.; OLIVEIRA, R. M. “Como os sociólogos se tornam professores”: da implantação dos cursos de Sociologia na UFSM e seus impasses. In: MEIRELLES, M.; RAIZER, L.; PEREIRA, L. H. O ensino de Sociologia no RS: repensando o lugar da Sociologia. Porto Alegre: LAVIECS, 2013, p.49-75.

CUNHA, L. A. O desenvolvimento meandroso da educação brasileira entre o estado e o mercado. Educ. Soc., 2007, v.28, n.100, p.809-829.

DINIZ PEREIRA, J. E. As licenciaturas e as novas políticas educacionais para a formação docente. Educ. Soc. v.20, n.68, p.109-125. 1999.

ECKERT, C.; ROCHA, A. L. Etnografia: saberes e práticas. Iluminuras 2010. v. 9, n. 23, p.1-23

GIDDENS, A. As Consequências da Modernidade. São Paulo: Editora UNESP, 1991.

GOLDENBERG, M. Noites de Insônia: cartas de uma antropóloga a um jovem pesquisador. Rio de Janeiro: Record, 2008.

HANDFAS, A. A Formação do Professor de Sociologia. In: HANDFAS, A.; OLIVEIRA, L. F. (org.). A Sociologia vai à escola: história, ensino e docência. Rio de Janeiro: Quartet, 2009. p. 187-196.

LIMA, L. B. Apontamentos sobre a formação de sociologia à distância Inter-Legere, s/v, n.13, 2013 p.219-234.

OLIVEIRA, A.; FERREIRA, V. do R.; SILVA, C. F. Percursos e Singularidades do Ensino de Sociologia em Alagoas. Saberes em Perspectiva, v.4, n. 8, 2014.

OLIVEIRA, E. A. F. Notas sobre o ensino de Sociologia em Alagoas. In: PLANCHEREL, A. A.; OLIVEIRA, E. A. F. (orgs.) Leituras sobre Sociologia no Ensino Médio. Maceió: EDUFAL, 2007, p. 17-36.

PINTO, A. de C.; BASTOS FILHO, J. B.. Autoria, Autonomia e Ética na educação a distância. Perspectiva, v. 30, n. 1, p. 155-172, 2012.

PLANCHEREL, A. A. As Ciências Sociais em Alagoas: uma década de institucionalização e de mudanças. In: PLANCHEREL, A. A. (org.) Memória & Ciências Sociais. Maceió: EDUFAL, 2005, p. 27-60.

MARTINS, C. B. C. O Ensino Superior Brasileiro nos anos 90. São Paulo em Perspectiva, v. 14,n. 1, p. 41-60, 2000.

MORAES, A. C.. Licenciatura em ciências sociais e ensino de sociologia: entre o balanço e o relato. Tempo soc., 2003, v.15, n.1, p.5-20.

NEVES, C. E. B.; RAIZER, L.; FACHINETTO, R. F. Acesso, expansão e equidade na educação superior: novos desafios para a política educacional brasileira. Sociologias, v. 9, n. 17, p. 124-157, 2007.

RUBIM, C. de R.. Os Cursos de Graduação em Ciências Sociais no Brasil (2000, 2005 e 2010). In: TAVARES, F.; GUEDES, S. L.; CAROSO, C.. (Org.). Experiências de ensino e Prática em Antropologia no Brasil. Brasília: Ícone Gráfica e Editora, 2010, p. 13-20.

UNIVERSIDADE FEDERAL DE ALAGOAS – UFAL. Projeto Pedagógico Ciências Sociais e Licenciatura. Maceió, 2012.

UNIVERSIDADE FEDERAL DE ALAGOAS – UFAL. Licenciatura em Ciências Sociais a Distância. Maceió, 2012.

UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA MARIA – UFSM. Projeto Pedagógico – Licenciatura em Sociologia. Santa Maria, 2009.

UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA MARIA – UFSM. Projeto Pedagógico – Licenciatura em Sociologia a Distância. Santa Maria, 2009.

WEBER, S. Profissionalização docente e políticas públicas no Brasil. Educ. Soc., v.24, n.85, p.1125-1154, 2003.